



Ata da 27ª (vigésima sétima) Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Altaneira, realizada no dia 18 (dezoito) de Agosto de 2025 (dois mil e vinte e cinco), 1ª (primeira) Sessão Legislativa da 17ª (décima sétima) Legislatura.

Às 17 (dezesete) horas do dia 18 (dezoito) de agosto de 2025 (dois mil e vinte e cinco), na sede do Poder Legislativo, situada à Rua Padre Luiz Antônio, nº 389 (trezentos e oitenta e nove), Centro, reuniu-se em Sessão Ordinária de forma presencial, os integrantes da Câmara Municipal de Altaneira sob a Presidência do Presidente do Vereador Professor Deza Soares e secretariados pela Vereadora Professora Ana Maria. Pelo Termo de Comparecimento registrou-se a presença dos Vereadores: Júnior do Povo; Paulo Geaneo; Paulo Robson; Professor Nonato; Tia Janne; Valmir Brasil e Zé de Zuza. Havendo assim número regimental de Parlamentares, o Presidente declarou aberta a Sessão, fazendo a dispensa da leitura da Ata anterior, que foi previamente distribuída às bancadas, que não apresentaram ressalvas, sendo aprovada pelos Parlamentares presentes no Plenário. **EXPEDIENTE:** Item 1: Projeto de Lei nº 029/2025, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a concessão de diárias a servidores públicos e agentes políticos do Município de Altaneira, e dá outras providências. Relator sorteado: Vereador Zé de Zuza; Item 2: Informações, da Câmara dos Deputados, das transferências de recursos da União (constitucional, legal e voluntária) aos municípios e Item 3: Projeto de Resolução nº 004/2025, da Mesa Diretora da Câmara, que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 12.527/2011 no âmbito da Câmara Municipal, cria o Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, e dá outras providências. Relator sorteado: Vereador Paulo Geaneo. Seguindo para os registros da Presidência, o Presidente Professor Deza Soares registrou saudações aos presentes e ouvintes, destacando a realização do 1º Fórum da Procuradoria da Mulher e a divulgação da Escola do Legislativo, ocorridos em 12 (doze) de agosto, com a participação de parlamentares, da Prefeita Ana Kézia, do Vice-Prefeito Jackson e da sociedade civil. Agradeceu a presença de todos e informou que, mediante aprovação dos parlamentares e portaria de designação, a vereadora Tia Janne assumirá a função de Procuradora Titular, enquanto a vereadora Professora Ana Maria ocupará a função de Procuradora Adjunta, conforme acordo entre ambas. Ressaltou, ainda, que, após a oficialização, as Procuradoras contarão com assessoria jurídica para atuação em defesa dos direitos das mulheres altaneirenses. O Presidente também registrou a realização da audiência pública ocorrida no último dia 15 (quinze), sobre o Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), presidida pelo vereador Paulo Robson, na condição de Líder do Governo, com a presença da Prefeita, Secretários Municipais, assessores, representantes da Procuradoria Municipal e sociedade em geral. Na sequência, fez referência às datas comemorativas: Dia do Economista, celebrado no último dia 13 (treze) e Dia de Combate à Poluição, celebrado no último dia 14 (quatorze), ressaltando a relevância da sustentabilidade e da preservação ambiental. Por fim, o Presidente parabenizou a vereadora Professora Ana Maria pela passagem de seu aniversário, celebrado ontem, dia 17 (dezesete), registrando votos de saúde e êxito em sua trajetória pessoal e política. **TEMA LIVRE:** O vereador Paulo Robson reiterou cumprimentos à Vereadora Professora Ana Maria pela passagem de seu aniversário. Registrou participação no 1º Fórum da Procuradoria da Mulher e divulgação da Escola do Legislativo, ocorridos na Câmara, parabenizando a Mesa Diretora e a Presidência da Casa pela iniciativa, apesar de seu dia atribulado de atividades como docente na Escola Estadual Santa Tereza. Relatou também sua participação na audiência pública referente ao Plano Plurianual e à Lei Orçamentária Anual 2026 (dois mil e vinte e seis), esclarecendo que presidiu a solenidade na condição de Líder do Governo, a convite da Prefeita Ana Késia, e não como Presidente da Comissão Permanente. Agradeceu à Prefeita, aos participantes e à sociedade civil que contribuiu com sugestões durante o debate. Informou ainda que Governo Municipal divulgou a conquista da nota máxima no IQM Ambiental, índice público que avalia diversos



aspectos do meio ambiente, e parabenizou o Secretário Ricardo Rufino, o Secretário Adjunto Roberval e toda a equipe da Secretaria de Meio Ambiente pela conquista. Destacou, ainda, a publicação do edital Bolsa Catador, disponível no site da Prefeitura, lembrando que o tema já havia sido discutido anteriormente nesta Casa Legislativa, inclusive que ele, juntamente com o vereador Zé de Zuza, já haviam anunciado que os trâmites estavam em andamento. Esclareceu que as inscrições para o programa, no valor de R\$ 200 (duzentos reais), ocorrerão entre os dias 18 (dezoito) e 20 (vinte) do corrente mês, das 7 (sete) horas e 30 (trinta) minutos às 13 (treze) horas e 30 (trinta) minutos, na Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Expressou gratidão pelo convite para participação, no último sábado, no programa "Conversa do BA", apresentado pelo seu amigo jurista Deurisberto, que antecede o programa da Procuradora Rafaela Gonçalves, "Café Coado", na Rádio Altaneira FM. Por fim, destacou os feitos esportivos recentes: as vitórias de atletas altaneirenses no Desafio Caatinga de MTB, realizado em Pernambuco, e a estreia vitoriosa do Altaneira Master no Campeonato Regional de Assaré. O vereador Professor Nonato apresentou felicitações à Vereadora Professora Ana Maria pela passagem de seu aniversário, destacando que a luta das mulheres é uma das mais difíceis e árduas, devendo ser reconhecida e valorizada. Relatou visita realizada por ele, juntamente com os Vereadores Júnior do Povo e Professora Ana Maria, à Escola 18 de Dezembro, ocorrida na última sexta-feira. Esclareceu que, por vezes, os vereadores de oposição que exercem a função de fiscalização do poder público são interpretados como se apenas buscassem problemas, quando, na verdade, o intuito é contribuir com soluções, afirmou. Ressaltou ter ficado positivamente surpreso com a capacidade e a dedicação da equipe gestora da escola e parabenizou a diretora, professora Cláudia Simone, pela condução da instituição. Reconheceu que a escola apresenta pontos a serem melhorados, mas afirmou que sua situação não é comparável à do hospital municipal, que, à época de visita anterior, encontrava-se até mesmo sem a presença da diretora geral. Destacou a boa organização, a limpeza e o acolhimento recebido. Porém, apontou falhas, como a presença de instrumentos musicais guardados sem uso. Sugeriu que esses instrumentos sejam distribuídos para outras escolas, para que também possam desenvolver atividades musicais, e disse esperar que a Secretaria de Educação atenda a essa sugestão em benefício dos estudantes. Em aparte, o vereador Júnior do Povo declarou acreditar que a obra "grandiosa" deixada pela gestão anterior na escola deve ser continuada pela atual administração. Agradeceu a equipe gestora da instituição, bem como a todos os funcionários pela boa receptividade. Destacou o valor do acervo existente para a educação do município, informando que pretende encaminhar proposta para que outras instituições também tenham acesso aos instrumentos que estão guardados. Acrescentou que, segundo a direção, parte deles já foi destinada à banda de música, mas questionou se há a devida preocupação com os alunos, que deveriam ser os principais beneficiados. Em seu tempo de tema livre, o vereador Júnior do Povo também felicitou a vereadora Professora Ana Maria pela passagem de seu aniversário, e agradeceu ao povo altaneirense pela receptividade nos atendimentos que tem realizado nos finais de semana. Retomando ao tema da visita ao Hospital Municipal, lembrou que o tema discutido foi o abastecimento de água. Destacou que as cobranças feitas pelos vereadores refletem as demandas apresentadas pela população e registrou que, até o momento, nenhum órgão se pronunciou sobre a questão. Afirmou que no Portal da Transparência não consta licitação referente à água e lembrou de vídeo gravado pela Prefeita Késia, durante a campanha, em que, segundo ele, ela tratava da situação da água do Pajeú. Assim, comunicou ter encaminhado pedido de esclarecimentos à Secretaria de Saúde. Informou que o problema também ocorre nas escolas, mencionando que apenas a Escola 18 de Dezembro possui filtro de água, enquanto na Escola Francenilda Bitú a água utilizada é diretamente da torneira, conforme informações de funcionário, a quem agradeceu pela receptividade. Sobre a alimentação ofertada no hospital, disse ainda estar buscando no Portal da Transparência dados relacionados à compra de gêneros alimentícios, lembrando que também é funcionário do local, atuando por ordem judicial. Afirmou que o intuito do seu grupo quando traz reivindicações à Casa é ajudar a administração, por mais que, de acordo com ele, seja criticado pela própria gestão quando o faz. Criticou o gasto de R\$ 127.000 (cento e vinte e sete mil reais) com



assessoria de fiscalização de contratos, entendendo que tais recursos poderiam ser destinados à oferta de água, medicamentos e alimentação adequadas. Nessa linha, questionou ainda quantas especialidades médicas foram trazidas pela atual gestão nos últimos oito meses. Também afirmou que, logo mais, a Câmara votará uma política pública para os portadores de fibromialgia que, se não houver recursos, “será apenas mais um papel”. Relatou que há mães aguardando consulta com pediatra desde abril e voltou a tratar sobre o caso da altaneirense que fez uma cirurgia na cidade de Aurora, recordando que a Prefeita alegou inexistência de pactuação com a referida cidade, mas, ainda assim, mandaria um transporte para buscar a paciente. Contudo, prosseguiu o vereador, o transporte não ocorreu em veículo do município. Diante da situação, arguiu que, se fosse para utilizar carros de terceiros, já teriam providenciado o deslocamento e também registrou que a cidadã em questão não votou nele e nem na candidata à Prefeita não eleita Silvânia Andrade. Ao final, registrou que, desde à pasta da saúde até a pasta da educação, “são mais de R\$ 5.000.000 (cinco milhões de reais) em transporte no município”. Em aparte, o vereador Professor Nonato afirmou que a fala da administração não corresponde à prática. Esclareceu que foi solicitado apenas o envio de uma ambulância para buscar a paciente na cidade de Aurora, que estava cirurgiada, afirmando que não há nenhuma lei que proíba esse tipo de atividade dentro ou fora da municipalidade, o que não ocorreu, sendo disponibilizado apenas um carro comum, embora a Prefeita tivesse afirmado que enviaria ambulância. Declarou, assim, que a Prefeita não cumpriu o que havia prometido. Ressaltou que, mesmo havendo contrato de locação de transportes e três ambulâncias no hospital, a paciente não foi atendida de forma adequada. Acrescentou que o procedimento realizado não se deu por meio da fila de espera do município, mas foi fruto de doação de um cidadão que quis ajudar. Finalizando, declarou não acreditar mais nos vídeos e áudios divulgados pela atual administração. A vereadora Professora Ana Maria agradeceu as felicitações recebidas por ocasião de seu aniversário e externou sentimentos à família de Antônio Vicente, pela dor que enfrenta diante do falecimento de seu ente querido. Também tratou sobre a visita que fez à Escola 18 de Dezembro, destacando a boa recepção da diretora Cláudia Simone, bem como de coordenadores, professores e demais funcionários. Afirmou ter encontrado uma escola organizada, ressaltando que a oposição não se limita a apontar problemas, mas também reconhece e elogia quando necessário. A parlamentar deu destaque também a dedicação, a educação e a limpeza mantida pela equipe. Sobre os instrumentos musicais, registrou satisfação em constatar que estão sendo utilizados pelos alunos, ressaltando projetos em andamento. Reconheceu que houve excesso na quantidade de instrumentos, mas sugeriu que parte deles seja distribuída a outras escolas, permitindo que mais estudantes sejam beneficiados. Felicitou especialmente o professor psicopedagogo Galvan, que apresentou atividades desenvolvidas para auxiliar no aprendizado dos alunos. Com relação à piscina da escola, informou que já está em processo de reparo e trouxe a público que recebeu a informação de que o projeto para utilização da mesma já está em fase de articulação. Ainda nessa pauta, pontuou a necessidade de construção de vestiários próximos à piscina, antecipando que apresentará requerimento nesse sentido, informando, no ensejo, que há vestiários para banho dos alunos, mas atualmente estão sendo utilizados como depósito, cabendo à Secretaria de Educação realocar os materiais ali armazenados. Ressaltou ainda que a parte da piscina voltada para a rua deve ser fechada para garantir a privacidade das crianças. Comunicou ter recebido denúncia de que fotografias de crianças foram tiradas por uma empresa sem a devida autorização dos pais, sendo posteriormente cobradas e que, em conversa com a diretora Cláudia Simone, a mesma demonstrou preocupação e informou já ter tomado as providências para que a situação não volte a ocorrer. Relatou ainda a visita à biblioteca da instituição, elogiando o trabalho desenvolvido e a boa utilização do espaço estruturado pela gestão anterior. Para encerrar, afirmou que a área da saúde é a mais prejudicada na atual gestão. A vereadora Tia Janne, assim como os colegas, parabenizou a vereadora Professora Ana Maria pela passagem de seu aniversário. Em seguida, tratou sobre a saúde municipal, comentando as alegações feitas na sessão anterior a respeito da falta de medicamentos. Relatou que, após ouvir os dois lados e realizar visita, constatou que os medicamentos em falta não eram de responsabilidade do município, mas sim do governo.



Afirmou que o problema é nacional e que em outras cidades também ocorre. Disse ainda que há pessoas que utilizam seu trabalho para fazer política de forma negativa, lembrando que, durante anos, essas mesmas pessoas não viam problemas no hospital, como falta de limpeza e até ausência de dipirona, mas agora buscam qualquer falha para criticar. Defendeu a gestão da Prefeita Késia, destacando seu compromisso com o município, lembrando de conquistas alcançadas pela Prefeita antes mesmo de ela iniciar sua gestão, como a doação de ônibus, ambulância para o Distrito São Romão, tablets para jovens e caminhão para a comunidade da Taboquinha, entre outras melhorias. Ressaltou que a Prefeita deseja ver Altaneira crescer e deve ser apoiada, inclusive com críticas, desde que sejam construtivas. Relatou também ter recebido informações de cidadãos de que vereadores estariam perguntando se queriam que eles comprassem medicamentos. Sobre a questão da água, afirmou que, na gestão passada, não se falava em licitação e que, durante a transição, foram encontrados filtros vencidos desde 2023 (dois mil e vinte e três). Em aparte, o Vereador Paulo Robson considerou grave a denúncia da água e solicitou verbalmente encaminhamento de requerimento à CAGECE, para atestar a qualidade da água consumida no município. Disse acreditar que a maior parte da população consome água da companhia e que, se estivesse contaminada, já haveria registro de doenças. No entanto, defendeu a necessidade de um laudo técnico para apurar as denúncias. Explicou que, nas escolas estaduais, não é autorizada a licitação para compra de água mineral quando há fornecimento de água considerada própria para consumo, como ocorre em Altaneira. Relatou que, na Escola Estadual local, nunca houve cotação para fornecimento de água mineral, sendo suficiente a instalação de bebedouros com manutenção regular de filtros. Ressaltou que, em Nova Olinda, as escolas estaduais são autorizadas a realizar licitação. Defendeu cautela e coerência nas denúncias, para evitar desgastes desnecessários, e recordou que problemas atuais remontam a gestões anteriores, citando o período em que o vereador Júnior do Povo esteve à frente da Secretaria de Saúde em 2020 (dois mil e vinte) e também quando Luiz Pedro, esposo da vereadora Professora Ana Maria, ocupou o mesmo cargo até dezembro do ano passado. De volta à sua fala, a vereadora Tia Janne comentou o caso da paciente submetida a cirurgia em Aurora, dizendo não ter conhecimento detalhado da situação. Ainda assim, esclareceu que ambulância deve ser utilizada em casos de urgência e emergência, observando que o vereador Júnior do Povo sabe disso, mas, por vezes, “se faz de doido”, e criticou o uso político de situações no hospital, que, segundo ela, se caracteriza como “politicazinha suja”. Para mais, relatou sua participação na III Conferência Municipal de Políticas para Mulheres, destacando a relevância do evento, que contou com rodas de conversa e ações voltadas ao combate à violência e ao fortalecimento da autonomia feminina, e registrou o Dia do Estudante, ressaltando a força transformadora da educação. Pela ordem, o vereador Júnior do Povo questionou quantas portarias a Vereadora Tia Janne possui no município, mencionando que o esposo da mesma é concursado e recebe gratificação de R\$ 2.000 (dois mil reais), e afirmou que a parlamentar tem feito um “papel brilhante em defender a Prefeita”. Declarou que, diferente disso, atua em defesa do povo e que “não se faz de doido”. Recordou que, quando se licenciou para assumir a Secretaria de Saúde, enfrentou um dos períodos mais difíceis, em razão da pandemia de Covid-19. Relembrou que, na gestão do então Secretário Luiz Pedro, havia fornecimento de água mineral e que “é só pesquisar que acha”. Afirmou que, quando os vereadores trazem problemas à Casa, é porque esses existem, e ressaltou nunca ter exposto pacientes do hospital ou sugerido a compra de medicamentos à beira de leito. Disse que sempre busca resolver as questões de forma ética e com diálogo junto à equipe da unidade, ressaltando que, se agisse de maneira diferente, o hospital estaria constantemente em reportagens. Reconheceu o empenho dos profissionais de saúde, mas observou que, por vezes, falta incentivo da gestão municipal para assegurar melhores condições à população. Também afirmou que a responsabilidade pela situação atual do hospital é da Prefeita Ana Késia e não da gestão anterior. Por fim, declarou que a competência para atestar a qualidade da água é da Vigilância Sanitária do município, uma vez que a CAGECE apenas fornece, mas os reservatórios dos estabelecimentos podem comprometer ou não essa qualidade, questionando, assim, a qualidade destes reservatórios. O vereador Valmir Brasil



localidades. Questionou, entretanto, por que Aurora seria escolhida em específico, dada sua distância, destacando que, quando se oferece ajuda à população, esta deve ser completa — incluindo tanto o encaminhamento quanto o transporte de volta. Considerou irresponsável deixar o paciente por conta própria após uma cirurgia. Defendeu que a oposição deve atuar com responsabilidade, oferecendo auxílio integral. Acrescentou que o município deve agir dentro da legalidade: se for obrigação, deve cumprir; se não for, deve avaliar as condições antes de assumir. De volta à palavra, o vereador Zé de Zuza reforçou que busca sempre realizar ações que beneficiem a comunidade, sobretudo os cidadãos do município. Relatou que, por coincidência, sua equipe se encontrava próxima à cidade de Aurora e, atendendo a um pedido pessoal, seu veículo acabou conduzindo a paciente de volta, já que, em sua visão, a obrigação caberia a quem havia levado a cidadã inicialmente, não o município encaminhar ambulância até o local. Ressaltou que sua intenção foi apenas de ajudar, embora a ação precise ser feita de forma correta. Na sequência, o vereador registrou que a comunidade da Taboquinha está em processo de receber um dos projetos mais relevantes para seus moradores, garantindo acesso à água de qualidade, resultado de articulação junto à Prefeita e demais lideranças. Por fim, destacou visita ao projeto de futebol mirim (Sub-10), coordenado pelos senhores Barbosa, Humberto e Tergino, que há mais de dez anos realizam trabalho social, retirando crianças das ruas e oferecendo oportunidade de formação esportiva. Convidou todos os presentes para acompanhar os treinos realizados semanalmente, comprometendo-se a colaborar com o projeto e solicitando também apoio dos demais vereadores e do Secretário competente. Em uma questão de ordem, o vereador Júnior do Povo relatou ter sido procurado por moradores das comunidades Tabuleiro e Córrego, que solicitaram esclarecimentos sobre o abastecimento de água da localidade Taboquinha II. Declarou apoio total à iniciativa de melhoria do serviço, mas registrou preocupação quanto à falta de comunicação oficial e de estudos técnicos prévios por parte do SISAR, conforme alegação das duas comunidades citadas. Destacou que a comunidade do Tabuleiro possui associação própria e concedeu autorização ao SISAR para realizar o abastecimento, porém sem que fosse apresentado estudo pelo órgão sobre a vazão do poço ou sobre o sistema de injeção a ser utilizado. Informou ainda que muitas famílias da região precisam madrugar para conseguir água e advertiu que, caso o SISAR atue sem a devida comprovação técnica, estaria “vendendo algo que não existe”. Ressaltou, por fim, que o órgão deve apresentar os estudos de forma clara às comunidades envolvidas. Fazendo uso do seu tempo de liderança, o vereador Zé de Zuza esclareceu que a associação mencionada pelo colega foi devidamente convidada a participar da reunião convocada pelo SISAR, pela gestão municipal e pela associação comunitária da Taboquinha. Informou que, apesar dos convites, inclusive ao presidente da associação, este não compareceu, e na ocasião foram discutidos os problemas existentes e apresentadas as soluções possíveis para o abastecimento. Pontuou que, na reunião, foi explicado o aumento da quantidade de água a ser injetada, o que deverá beneficiar também as famílias atualmente não atendidas. Observou que caberia ao presidente da associação convocar seus associados para a reunião, uma vez que houve ampla divulgação e envio de convites. Criticou a postura de levantar problemas sem antes buscar soluções, lembrando que outros vereadores, bem como vice-prefeitos e prefeitos anteriores, já tiveram oportunidade de atuar no tema, mas não obtiveram avanços. Ressaltou que, em menos de oito meses da atual gestão, foi possível conseguir melhorias no abastecimento e que já existe projeto em andamento, com data próxima para reunião na CAGECE, em Fortaleza, visando dar continuidade e ampliar o fornecimento de água. Acrescentou que, com a captação da água vinda da Taboca, será possível aliviar a situação das comunidades Tabuleiro, Tabuleiro II, Córrego, Taboca, Taboquinha e Taboquinha II, e concluiu pedindo compreensão e responsabilidade antes de se fazer críticas, destacando que é preciso primeiro buscar soluções. Também fazendo uso do seu tempo de liderança, o vereador Paulo Robson informou que lhe foi repassado pela secretaria municipal de saúde que o hospital municipal funciona com agentes organizados por escala, garantindo a presença constante de membros da administração, de forma que não há necessidade de a diretora permanecer 24 (vinte e quatro) horas no local. Ressaltou que seria humanamente impossível exigir essa dedicação

Augusto

Robson

Junior

Zé de Zuza

Paulo

Francisco

Francisco

Paulo Robson



continua, já que o hospital funciona em regime de urgência e emergência todos os dias da semana. Acrescentou que, em relação aos cargos de confiança, quem os assume deve estar disponível integralmente para atender às demandas, ainda que não permaneça fisicamente no local de trabalho, a exemplo de diretores escolares que, fora do horário, podem resolver situações quando acionados. Esclareceu que não existe qualquer ilegalidade na portaria que designou o esposo da vereadora Tia Janne para cargo de confiança, uma vez que ele é servidor efetivo do município, não havendo impedimento legal ou imoralidade. Recordou, inclusive, que o vereador Júnior do Povo já exerceu cargo de confiança na Prefeitura enquanto estava no mandato, entre março e julho do ano de 2023 (dois mil e vinte e três). Destacou a necessidade de cautela antes de trazer denúncias ou acusações ao plenário, para que sejam fundamentadas, responsáveis e não motivadas por oportunismo político ou ideológico. Alertou que atitudes incoerentes expõem ao ridículo aqueles que criticam situações sem avaliar suas próprias condutas. Por fim, parabenizou o vereador Zé de Zuza pelo empenho em viabilizar melhorias no abastecimento de água, ressaltando que em apenas oito meses de gestão foram obtidos avanços que não ocorreram em anos anteriores. Registrou reconhecimento público pelo esforço e pelos resultados alcançados, lembrando ainda de sua participação conjunta em visitas e articulações com o Deputado Guilherme Landim. O vereador Professor Nonato também usou seu tempo de liderança e destacou, em referência à visita realizada ao hospital, que agentes políticos, sejam secretários ou diretores, devem ter disponibilidade de horário garantida por lei. Ressaltou que, na prática, a diretora do hospital inicia seu trabalho na instituição apenas na quinta-feira, estando ausente da segunda à quarta-feira, em razão de também trabalhar em outro município. Defendeu que deveria haver escala organizada para garantir atendimento à população de Altaneira, já que é para este município que a servidora presta serviço e recebe sua remuneração. Sobre a questão da água, afirmou que suas afirmações estariam sendo distorcidas, esclarecendo que em nenhum momento foi afirmado que a água de toda a cidade seria imprópria, mas que as condições verificadas especificamente no hospital demonstram possíveis inadequações para uso dos pacientes, citando caixas sem vedação adequada e recipientes improvisados com papel filme. Ainda assim, defendeu o envio de requerimento à CAGECE para realização de estudo técnico, a fim de esclarecer a situação do sistema de abastecimento. Em sua fala, criticou tentativas de distorcer o debate, reforçando que a função de fiscalizar é prerrogativa dos vereadores. Comparou a postura da atual base governista à da oposição em mandatos anteriores, questionando a ausência de fiscalização e de temas relevantes na pauta da Casa. Enfatizou que é preciso apontar as falhas para corrigi-las, sob pena de a população continuar arcando com prejuízos decorrentes de problemas não enfrentados. No seu tempo regimental de tema livre, o vereador Professor Deza Soares ressaltou que sempre manteve postura coerente, tanto na gestão anterior quanto na atual, avaliando as ações do Governo para se pronunciar de forma fundamentada. Relatou que, em legislaturas passadas, chegou a ser criticado por membros de seu próprio grupo político por não defender automaticamente a gestão quando o então vereador Ariovaldo Soares fazia críticas, esclarecendo que só se posicionava em defesa quando havia justificativa. Destacou que, da mesma forma, registrava os acertos da gestão sempre que necessário. Relembrou que, quando a administração anterior deixou de pagar servidores, foi um dos poucos vereadores a afirmar que se tratava de erro grave. Ressaltou, entretanto, que isso não significa concordar com eventual falha semelhante na atual gestão, reforçando que é preciso manter a mesma postura crítica e responsável. Ao tratar da questão da água, afirmou que a CAGECE não é responsável pelo tratamento completo, cabendo atenção redobrada em setores públicos, especialmente em hospitais, onde a água deve passar por equipamentos adequados de filtragem e manutenção. Alertou que um hospital não pode funcionar apenas com água da rede sem tratamento, sob pena de comprometer a saúde dos usuários. Também afirmou que a população que não dispõe de meios para adquirir tais equipamentos também sofre com a situação. Referindo-se à fala da vereadora Tia Janne, que afirmou que sempre denunciará o que considerar errado, declarou esperar que tal postura seja efetiva. Relembrou que, em diversas ocasiões, votou contra seu próprio grupo político, sempre pautado por suas convicções, defendendo que essa é a essência de um Parlamento.



forte, onde os poderes devem ser independentes, harmônicos e responsáveis. Em aparte, a vereadora Professora Ana Maria destacou que não exercia mandato na gestão anterior e que algumas falas de colegas “não a atingem”. Afirmou que o fato de seu esposo ter sido Secretário de Saúde não lhe retira o direito de lutar por melhorias no setor. Reconheceu que o antigo secretário, seu marido, enfrentou inúmeras dificuldades, afirmando que o mesmo “era secretário, não prefeito”, ressaltando, porém, que espera que a atual secretária esteja disponível em tempo integral para atender a população. Acrescentou que, embora a Prefeita já tenha afirmado nesta Casa estar à disposição do povo, até mesmo pedidos do Vereador Júnior já foram negados. Retomando a palavra, o vereador Professor Deza Soares discordou parcialmente da afirmativa de que “secretário não é prefeito”, salientando que o secretário possui responsabilidades próprias de sua pasta, especialmente na gestão orçamentária e na execução de despesas legais. Argumentou que, caso o prefeito impeça o secretário de cumprir suas obrigações legais, a atitude correta seria este renunciar, já que, como gestor e ordenador de despesas, cabe-lhe a autonomia necessária para os atos da secretaria, salvo aqueles que dependem de autorização expressa do chefe do Executivo. Finalizado o tema livre, o Presidente trouxe mais alguns informes, iniciando com agradecimentos à Rádio Altaneira FM pela cobertura e transmissão da sessão, reconhecendo o relevante trabalho social prestado à população. Em seguida, parabenizou a gestão municipal, em especial a Secretaria de Meio Ambiente, pelos avanços e destaques obtidos na área ambiental. Comunicou o recebimento de convite da Câmara Municipal do Crato para participação na I Conferência dos Legislativos do Cariri, a realizar-se nos dias 21 (vinte e um) e 22 (vinte e dois) de agosto, com o tema “Fortalecendo a fiscalização e transparência na gestão pública”, ressaltando a relevância do evento para aprendizado e troca de experiências entre os legislativos da região. Informou, ainda, que será realizada futura deliberação sobre a Procuradoria da Mulher no Plenário, anunciando a disponibilização de assessoria exclusiva para as Procuradoras, para a Comissão Permanente e para os vereadores que forem sorteados a emitir pareceres. Por fim, registrou o retorno do ex-Secretário de Governo, Ariovaldo Soares, à Casa Legislativa, voltando a ocupar sua função de Agente Legislativo, o que fortalecerá o suporte técnico e institucional aos parlamentares. **ORDEM DO DIA:** Item 1: Parecer nº 039/2025, da Comissão Permanente, referente à Proposta de Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 002/2025, de autoria do Bloco da Maioria. Tendo o vereador Zé de Zuza feito pedido de vista à matéria na última sessão, a palavra lhe foi concedida, ao passo que ele informou que não havia nada a acrescentar. Na discussão da matéria, o vereador Professor Nonato afirmou que a matéria remete a antiga proposta do ex-Vereador Ariovaldo Soares, com quem conviveu por quatro anos nesta Casa, firmando laços de amizade, companheirismo e respeito. Reconheceu que, à época, votou contra a proposição de forma equivocada e politiquieiro, e para defender os interesses da administração pública. Ressaltou que reconhecer erros é uma virtude, motivo pelo qual se manifesta agora de forma diferente. Explicou que o projeto de emenda impositiva autoriza os vereadores a destinar a aplicação de 2% (dois por cento) da receita orçamentária do município, sendo metade desse percentual destinado, à saúde e à educação, cabendo aos parlamentares definir como esses recursos serão aplicados, sem a necessidade de anuência do gestor municipal. A outra metade poderá ser destinada a outras áreas, como infraestrutura, cultura, esporte ou lazer, conforme decisão da Câmara. Ressaltou que muitas das falas atualmente proferidas pela base governista eram as mesmas que eles próprios utilizavam quando estavam na situação. Por isso, pediu cautela aos parlamentares, para que não incorram em equívocos semelhantes. Afirmou acreditar que os quatro vereadores da base da Prefeita devem manter diálogo com os secretários, como ocorria quando ele e seu grupo integravam a situação. Enfatizou, ainda, que todo comportamento adotado na Casa tem consequências futuras. Ademais, afirmou que sua visão atual difere da que possuía, e que agora compreende a relevância da proposta, razão pela qual declarou apoio à aprovação, por considerá-lo uma inovação importante para a gestão pública municipal e para o fortalecimento do papel da Câmara. O vereador Paulo Robson parabenizou o colega Professor Nonato pela coragem em reconhecer que, em avaliação própria, havia agido de maneira equivocada em situações anteriores por questões politiquieiras. Cumprimentou, também, o então Vereador



Ariovaldo Soares, autor da temática da emenda impositiva apresentada em 2023 (dois mil e vinte e três), destacando que, apesar da relevância do projeto, o trâmite adotado na Câmara atual não correspondia à expectativa de discussão adequada. Informou que a matéria entrou na Casa na segunda-feira da semana passada e, em apenas 48 (quarenta e oito) horas, já havia parecer favorável à aprovação, elaborado pelo relator da Comissão Permanente, o que, segundo o Vereador, difere de outros casos em que pareceres demoraram semanas para serem emitidos. Destacou que a proposta prevê a destinação de 2% (dois por cento) da receita líquida do município, a qual, aplicada em 2023 (dois mil e vinte e três), corresponderia a R\$ 1.077.629,96 (um milhão, setenta e sete mil, seiscentos e vinte e nove reais e noventa e seis centavos), dividida entre os nove vereadores, resultando em aproximadamente R\$ 119.736,66 (cento e dezenove mil, setecentos e trinta e seis reais e sessenta e seis centavos) por parlamentar. Reforçou que a emenda impositiva permite aos vereadores decidir diretamente a aplicação desses recursos em saúde, educação, infraestrutura, cultura, esporte e lazer, sem depender da autorização do gestor municipal. O vereador também lembrou que, em 2023 (dois mil e vinte e três), o relator original do projeto considerou que a ferramenta não se adequava à realidade do município, enquanto agora o mesmo relator e um dos autores da proposta demonstram posição favorável, observando que a mudança de entendimento deve ser reconhecida quando há convencimento sobre a relevância da matéria. Apesar de reconhecer a intenção positiva do colega Professor Nonato, afirmou que não concorda com o trâmite adotado, considerando que a matéria de tamanha relevância deveria ser discutida com mais cautela, inclusive ouvindo a população, para evitar qualquer percepção de que se legisla em causa própria. Ressaltou que não observa alterações substanciais na realidade do município que justifiquem a mudança de posicionamento, como finanças ou necessidades públicas distintas, e que a única diferença visível seria a mudança de liderança e de postura na gestão municipal. Concluiu que, embora reconheça o mérito da mudança de ideia e a relevância do tema, manifestará voto contrário à matéria no momento, em razão da forma como está sendo deliberada, defendendo que decisões dessa magnitude deveriam ser analisadas com maior calma, diálogo e participação popular. O vereador Júnior do Povo afirmou que o vereador Paulo Robson não poderia julgá-lo, pois não era parlamentar na época em que a emenda foi inicialmente apresentada. Ressaltou que cada vereador tem autonomia para atuar conforme sua convicção, criticando a tentativa de interferência de colegas de oposição em sua posição. O parlamentar destacou que, embora tenha sido convencido anteriormente pelo ex-vereador Ariovaldo. Explicou que os recursos oriundos da emenda não irão para uso pessoal dos vereadores, mas serão aplicados em ações e obras de interesse da comunidade, como construção de UBS, escolas, aquisição de transporte escolar, medicamentos, exames e cirurgias, conforme deliberado pelo Parlamento. Reforçou que a emenda impositiva garante transparência e autonomia no direcionamento dos recursos, sem beneficiar individualmente qualquer vereador. Por fim, enfatizou que a política é dinâmica, permitindo mudanças de opinião, e que tal flexibilidade não deve ser questionada, pois a atuação parlamentar deve sempre priorizar os interesses da população. Em aparte, o vereador Professor Nonato afirmou que a utilização da emenda impositiva não caracteriza legislar em causa própria, pois todas as ações atendem aos anseios da comunidade de Altaneira. O parlamentar destacou que legislar em causa própria seria utilizar os recursos para benefícios pessoais, como obras em propriedade própria ou aquisição de bens particulares, o que não ocorre no caso. Citou exemplos de demandas comunitárias, como o calçamento na localidade Serra do Valério e a reforma de passagens molhadas, explicando que a destinação dos recursos seguirá as reais necessidades da população, especialmente em áreas que não seriam atendidas pela gestão municipal. Finalizou reforçando que não busca qualquer benefício pessoal com esses recursos, que serão aplicados exclusivamente em serviços para o povo de Altaneira, conforme prioridades levantadas junto às comunidades. De volta com a fala, o vereador Júnior do Povo afirmou que, caso o parlamentar não deseje a emenda parlamentar, poderá deixar que a prefeita decida, mas ressaltou que a matéria aprovada hoje estabelece uma política pública de relevância para a comunidade. Destacou que, no próximo ano, poderão ser destinadas emendas específicas, voltadas a atender demandas de saúde,

Handwritten signature: Ariovaldo Soares

Handwritten signature: Professor Nonato

Handwritten signature: Júnior do Povo

Handwritten signature: Paulo Robson

Handwritten signature: Ariovaldo Soares

Handwritten signature: Júnior do Povo



como medicamentos e tratamentos para pessoas com fibromialgia, demonstrando que a aplicação dos recursos será sempre direcionada às necessidades da população. O vereador enfatizou que a atuação legislativa tem caráter de planejamento e plantio de políticas públicas, reforçando que a política é dinâmica e que mudanças de opinião ou ajustes nas ações são naturais, desde que pautadas no interesse da comunidade. Esclareceu que a emenda impositiva aprovada garante autonomia ao Legislativo para definir a destinação dos recursos, reforçando que não há benefício pessoal envolvido e que a prioridade é atender a população de Altaneira. Por fim, parabenizou o ex-vereador Ariovaldo Soares pela iniciativa da emenda impositiva, destacando que, embora na época não compreendesse plenamente a proposta, reconhece sua importância para o fortalecimento do Legislativo e para a aplicação de recursos em benefício da população. O vereador Valmir Brasil ironizou que, embora a matéria seja considerada de grande importância atualmente, em 2022 (dois mil e vinte e dois) não recebeu a mesma atenção. Lembrou que, quando o ex-vereador Ariovaldo apresentou o projeto, houve intensas discussões, mas a matéria não foi aprovada. Ressaltou que, se tivesse sido aprovada na época, teria garantido benefícios como o fornecimento de medicamentos, a manutenção de passagens molhadas e o calçamento de diversas ruas do município. Destacou que, na ocasião, havia argumentações de que o município não suportaria a emenda, mas que atualmente, apenas por os vereadores serem de oposição, a emenda passaria a ser viável. Reforçou que os vereadores deixaram de aprovar uma matéria de grande valia para o município e que, independentemente de quem estivesse na Câmara, sua aprovação teria constituído um legado. Lembrou que seu grupo não possuía maioria na época para aprovar a emenda, enquanto o grupo atualmente na oposição possui. Registrou, ainda, que a sugestão do ex-vereador Ariovaldo Soares de deixar a emenda válida apenas para a próxima legislatura foi recusada. Por fim, ao comentar sobre a possibilidade de mudança de voto dos vereadores, anunciou a alteração de sua própria posição, que antes era favorável e agora é contrária, justificando que a oportunidade de aprovação não foi aproveitada pelos parlamentares. O vereador Professor Deza Soares esclareceu que, por tratar-se de emenda à Lei Orgânica, a matéria deverá ser votada em dois turnos, sendo o primeiro realizado nesta sessão e o segundo previsto para ocorrer na primeira sessão de setembro, após o prazo regimental de dez dias. Informou ainda que, para aprovação, são necessários seis votos, incluindo o do Presidente, que, neste caso, é obrigado a votar. Registrou que sempre defendeu a matéria, apresentada originalmente pelo ex-vereador Ariovaldo, destacando que se trata de proposição benéfica ao município. Ressaltou que a emenda não destina recursos para uso pessoal do vereador, mas sim para ações em áreas como saúde e educação, voltadas ao interesse coletivo. Recordou que, mesmo quando integrava a bancada de situação no governo anterior, manifestou-se favorável à matéria, por entendê-la justa e positiva para a população. Reiterou que procura manter a coerência em suas posições e, por esse motivo, declarou novamente seu voto favorável à emenda. Não havendo mais discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação nominal através do sistema de votação, tendo obtido o seguinte resultado: vereadores Júnior do Povo, Paulo Geaneo, Professor Deza Soares, Professor Nonato, Professora Ana Maria: votos favoráveis. Vereadores Paulo Robson, Tia Janne, Valmir Brasil e Zé de Zuza: votos contrários. Matéria desaprovada no primeiro turno. Após, foi realizada a leitura, discussão e votação em bloco do Item 2: Parecer nº 040/2025, da Comissão Permanente, referente ao Projeto de Lei nº 017/2025, de autoria da Vereadora Tia Janne, que institui a Política Municipal de Proteção dos Direitos da Pessoa com Fibromialgia no Município de Altaneira/CE e dá outras providências e do Item 3: Parecer nº 041/2025, da Comissão Permanente, referente ao Projeto de Lei nº 018/2025, de autoria da Vereadora Tia Janne, que reconhece os(as) Portadores(as) de Fibromialgia como pessoas com deficiência no âmbito do Município de Altaneira-CE e dá outras providências. Após a leitura dos pareceres favoráveis pela admissibilidade, o Vereador Júnior registrou que o seu pedido de vista as proposituras não teve o intuito de atrasar os trâmites dos mesmos, afirmando eu entender as iniciativas e que as atende, como funcionário da saúde do município. Também apresentou a seguinte emenda de plenário ao Projeto de Lei nº 018: "Art 3º - A equiparação da pessoa acometida pelas



doenças de que trata o art. 1º desta Lei à pessoa com deficiência fica condicionada à realização de avaliação biopsicossocial por equipe multiprofissional e interdisciplinar que considere os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo, os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais, a limitação no desempenho de atividades e a restrição de participação na sociedade, no termos do art. 2º da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência)”. A vereadora Tia Janne registrou que esclareceu que, antes da promulgação da lei federal, já havia protocolado os projetos de lei municipais, em razão do sofrimento causado pela fibromialgia. Ressaltou que a doença afeta o sistema digestivo e neurológico, gerando intenso sofrimento aos acometidos, o que motivou a proposição de políticas públicas e a garantia de direitos específicos a essas pessoas. Citou alguns dos direitos que serão assegurados e informou que já entrou em contato com a Secretaria de Saúde, apresentando o modelo da carteirinha que permitirá o acesso dos pacientes às unidades básicas de saúde. Em aparte, o Vereador Paulo Robson reconheceu a luta e a dedicação da colega, destacando que o projeto de lei municipal precede a lei federal, estando em tramitação na Casa desde junho, antes do recesso parlamentar, lamentando a demora no processo. Ressaltou, contudo, que o essencial é a aprovação do projeto, que garantirá os direitos previstos. De volta à palavra, a Vereadora Tia Janne agradeceu a presença das mulheres portadoras de fibromialgia na sessão, justificou a demora na tramitação e reforçou a importância da busca ativa pelos direitos dessas pessoas. Em novo aparte, o Vereador Júnior do Povo destacou que a demora na votação do projeto de lei foi benéfica, uma vez que agora a matéria encontra-se respaldada pela legislação federal. Não havendo mais discussão sobre as matérias, as mesmas foram postas em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovadas por unanimidade com a emenda apresentada em plenário. Item 4: Projeto de Indicação nº 012/2025, de autoria do Vereador Zé de Zuza, que autoriza o Poder Executivo Municipal a adquirir e distribuir caixas d'água de 1.000 litros às famílias em situação de vulnerabilidade social da Zona Rural de Altaneira, com prioridade para aquelas pertencentes à agricultura familiar, e dá outras providências. Após a leitura da matéria, o autor da mesma externou que a matéria em questão foi elaborada com o objetivo de permitir que a população possa armazenar água suficiente para os períodos em que não houver abastecimento. Ressaltou que acredita na normalização da situação, mas que a medida se configura como precaução. Destacou ainda que o projeto contempla todos os setores do município que se enquadrem nas condições estabelecidas no projeto. Após, a matéria foi posta em discussão e, não havendo, foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada pelos parlamentares presentes no Plenário, registrada a ausência do Vereador Júnior do Povo. Item 5: Parecer nº 02/2025, do Vereador Zé de Zuza, referente ao Projeto de Lei nº 028/2025, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência e dá outras providências. Após a leitura do parecer favorável pela admissibilidade, o relator externou que a propositura é de valia para o município, reforçando seu voto favorável e solicitando apoio dos nobres parlamentares. Após, a matéria foi posta em discussão e, não havendo, foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada pelos Parlamentares presentes no Plenário, registrada a ausência do Vereador Júnior do Povo. Item 6: Solicitação de Urgência, do Poder Executivo, na apreciação do Projeto de Lei nº 029/2025, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a concessão de diárias a servidores públicos e agentes políticos do Município de Altaneira, e dá outras providências. Anunciada a matéria que já havia sido lida no expediente da sessão, a mesma foi posta em discussão e, não havendo, foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Item 7: Requerimento nº 088/2025, de autoria do Vereador Júnior do Povo, solicitando os contratos temporários dos técnicos e enfermeiros, respectivas lotações e cópia do cadastro do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES). Após a leitura, o vereador Júnior do Povo justificou a propositura arguindo que, ao consultar o Portal da Transparência, constatou que alguns contratos encontram-se desatualizados. Ressaltou que observou diferenças na carga horária de profissionais da mesma categoria, com alguns cumprindo 160 (cento e sessenta) horas e outros 200 (duzentas) horas, embora o piso salarial ou complemento da



enfermagem seja concedido conforme a carga horária. Acrescentou que, ao analisar os dados, verificou divergências entre o período trabalhado e os valores recebidos. Após, a matéria foi posta em discussão e, não havendo, foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada pelos Parlamentares presentes no Plenário, registrada a ausência do voto do Vereador Júnior do Povo. Item 8: Requerimento nº 089/2025, de autoria da Vereadora Tia Janne, solicitando o calçamento da Rua Manuel Henrique, iniciando a partir da Rua Antônio Magalhães. A vereadora Tia Janne registrou que apresentou requerimento visando à melhoria da pavimentação da rua mencionada, a qual, segundo suas observações, necessita de reparos urgentes devido ao estado de desestrutura. Em aparte, o vereador Paulo Robson manifestou apoio à iniciativa, ressaltando que compreende que a parte alta da cidade, inclusive a rua onde reside, ainda não é pavimentada. Lembrou que, em 2023 (dois mil e vinte e três), foi realizada licitação para o calçamento das quatro pontas de rua restantes, a partir da Rua Manoel Romão e do Sítio Estêvão, mas que o então prefeito optou por priorizar o calçamento do Sítio Estêvão. Informou que acompanha o Portal de Licitações do município e que já existe licitação concluída para as ruas mencionadas, com empresa vencedora, acreditando que em breve a pavimentação será realizada. De volta à palavra, a vereadora Tia Janne reforçou que a propositura visa melhorar o acesso e a qualidade de vida da população, especialmente das pessoas idosas que transitam pela localidade. Na sequência, a matéria foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Item 9: Requerimento nº 090/2025, de autoria da Vereadora Professora Ana Maria, solicitando a lista da equipe que ficará responsável pela entrega dos medicamentos em domicílio, conforme proposto no Plano de Governo da Prefeita Késia Alcântara. Após a leitura, a vereadora Professora Ana Maria registrou que a propositura foi apresentada a pedido de diversos moradores, os quais relataram que se trata de uma iniciativa presente no Plano de Governo da gestão municipal. Informou que, em consulta ao plano de governo, pôde constatar a veracidade da informação. Reiterou que se trata de uma demanda da população e que, caso seja executada, facilitará a vida dos cidadãos, especialmente dos idosos. Na discussão da matéria, o vereador Paulo Robson manifestou voto favorável, elogiando a colega por acompanhar o plano de governo e ressaltando que todos os vereadores deveriam adotar postura semelhante, cobrando e apoiando a gestão. O vereador Professor Nonato agradeceu a iniciativa da vereadora e declarou: "Deus queira que o requerimento seja atendido", destacando que há escassez de medicamentos nas farmácias. Em aparte, o vereador Júnior do Povo parabenizou a iniciativa, porém expressou ceticismo quanto ao cumprimento da promessa, alegando que não foram realizadas licitações para aquisição de medicamentos, conforme verificação no portal, e afirmou que a ação dificilmente ocorrerá, pois, segundo ele, a política em questão não gera "o famoso caixa 2", diferentemente de obras. Não havendo mais discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Ao final da ordem do dia, o Presidente consultou o Plenário sobre a escolha das Procuradoras do Legislativo. Considerando que há apenas duas vereadoras, informou que houve consenso entre elas para que a Vereadora Tia Janne assumisse como Procuradora Titular e a Vereadora Professora Ana Maria como Procuradora Adjunta. O vereador Júnior do Povo registrou que, embora desejasse que a Vereadora Ana Maria fosse titular, não apresentou objeção ao consenso. Não havendo rejeição, o Presidente anunciou que será feita a designação das vereadoras nos respectivos cargos, antecipando felicitações pelas nomeações. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente Professor Deza Soares, agradeceu a participação de todos os presentes, ouvintes e assessoria interna, e declarou encerrada a Sessão, determinando a lavratura dessa Ata que, após achada conforme, será aprovada e publicada. Sala das Sessões, 18 de agosto de 2025.

Paulo Robson